

**DTCOM –
Direct to Company S.A.**

CNPJ: 03.303.999/0001-36

Quatro Barras - PR

**Demonstrações Financeiras relativas ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente**

Conteúdo

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Balanco patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório da administração

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros, diretores e acionistas da
DTCOM – Direct To Company S.A.
Quatro Barras - PR

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **DTCOM - Direct to Company S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do mencionado no parágrafo Base para Opinião com Ressalva sobre as Demonstrações Financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **DTCOM - Direct to Company S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS".

Base para opinião com Ressalva

Limitação de escopo: Ausência de resposta de circularização

Até o término dos nossos exames, não obtivemos resposta da carta de confirmação direta (circularização de saldos) enviada ao Banco do Brasil. Não foi possível aplicar testes alternativos a fim de obter segurança sobre as disponibilidades mantidas com a referida Instituição Financeira que representam R\$ 18 mil em 31 de dezembro de 2025.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

<p>Principal assunto de auditoria</p>	
<p>Reconhecimento de receita</p> <p>A principal fonte de receita da Companhia advém de contratos de prestação de serviços que preveem a produção de conteúdo EAD (Ensino a Distância) sob demanda, para os segmentos acadêmico e corporativo, com entregas realizadas ao longo do tempo conforme solicitação dos seus clientes. As receitas são decorrentes de contratos de valor significativo, cujos controles internos estabelecidos requerem o acompanhamento adequado da entrega dos serviços. É necessário que os controles estejam em pleno funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas na competência correta.</p> <p>Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Como a auditoria endereçou esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para reconhecimento da receita; (ii) inspeção de documentos que evidenciam a existência das transações, incluindo a análise de contratos e documentos fiscais; (iii) testes de liquidação subsequente para os valores faturados; (iv) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e (v) verificação da conciliação das bases de contas a receber com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativas nº 5 e 16.</p> <p>Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos razoáveis os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações.</p>
<p>Softwares, gastos com desenvolvimento de projetos e acervo técnico</p> <p>A Companhia possui registrado no ativo intangível, bens referentes ao acervo técnico, aplicativos e plataformas para desenvolver suas atividades no montante de R\$ 472 mil, decorrentes da capitalização de gastos reconhecidos em exercícios anteriores e que são amortizados considerando a expectativa de recuperabilidade ao longo do tempo. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de recuperabilidade, as quais incluem as premissas com projeções de resultado, taxa de desconto, entre outras, e, que requerem um grau de julgamento significativo por parte da Companhia, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Como a auditoria endereçou esse assunto</p> <p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e análises ao valor recuperável referente ao acervo técnico; (ii) Discussão com a administração sobre o processo de capitalização de gastos com desenvolvimento ocorrida em exercícios anteriores, incluindo o atendimento as políticas contábeis, aprovações e os controles internos quando existentes implementados; e (iii) Avaliação da razoabilidade das estimativas dos valores em uso preparada pela Administração da Companhia na determinação das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e da metodologia utilizada para o teste de redução ao valor recuperável, bem como a avaliação da adequação das divulgações efetuadas.</p> <p>Como resultado dos procedimentos de auditoria executados, concluímos sobre a razoabilidade dos saldos contábeis do acervo técnico e divulgações incluída na nota explicativa "7".</p>

Ênfase

Continuidade Normas dos Negócios da Companhia

Como mencionado na Nota Explicativa "1" às demonstrações financeiras, 2025 foi um ano desafiador para Companhia, e apesar do aumento no volume de suas operações e otimismo com relação a saúde de seu fluxo de caixa, o resultado foi prejuízo de R\$ 303 mil (R\$ 1.139 mil, em dezembro de 2024). A Administração considera o pressuposto de continuidade operacional da Companhia e vem empreendendo diversas ações para reverter esse cenário, no entanto, algumas das ações não dependem exclusivamente da vontade da Administração, como por exemplo, a manutenção das linhas de crédito. Por este motivo, é difícil estimar o sucesso no desfecho das mesmas. Essas condições indicam a existência de incertezas relevantes que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos, se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante, se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório da auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüente mente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas; salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 25 de março de 2025

MULLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1
GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR Nº 042.667/O-1

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM

Comunicação
e Educação

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	4.433	2.613
Contas a receber de clientes (Nota 5)	1.156	2.030
Impostos a recuperar (Nota 8)	251	232
Outros Créditos	9	38
Partes relacionadas (Nota 9)	-	3.900
Adiantamentos a fornecedores	-	23
Despesas do exercício seguinte	36	41
Total do ativo circulante	5.885	8.877
NÃO CIRCULANTE		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	631	-
	631	-
Imobilizado (Nota 6)	3	3
Intangível (Nota 7)	472	875
	475	878
Total do ativo não circulante	1.106	878
TOTAL DO ATIVO	6.991	9.755

PASSIVO	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	-	231
Fornecedores (Nota 10)	116	104
Impostos e contribuições a recolher (Nota 8)	1.897	1.907
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 11)	396	339
Adiantamento de clientes (Nota 12)	941	1.366
Provisões (Nota 13)	497	504
Total do passivo circulante	3.847	4.451
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	-	462
Impostos e contribuições a recolher (Nota 8)	2.193	3.598
Total do passivo não circulante	2.193	4.060
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (Nota 15. a)	68.223	68.223
Reservas de capital (Nota 15. b)	150	150
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 15.c)	6.390	6.380
Prejuízos acumulados (Nota 15.d)	(73.812)	(73.509)
Total do patrimônio líquido	951	1.244
TOTAL DO PASSIVO	6.991	9.755

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

Demonstração do resultado
(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo
prejuízo por lote de mil ações)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita operacional líquida (Nota 16)	7.952	5.913
Custo dos serviços prestados (Nota 17)	<u>(5.586)</u>	<u>(4.415)</u>
Lucro bruto	<u>2.366</u>	<u>1.498</u>
Despesas operacionais (Nota 18)		
Despesas administrativas e gerais	(1.714)	(1.718)
Despesas com vendas	(552)	(552)
Honorários da administração	(317)	(276)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>41</u>	<u>416</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro	<u>(176)</u>	<u>(632)</u>
Receitas financeiras (Nota 19)	322	41
Despesas financeiras (Nota 19)	<u>(449)</u>	<u>(548)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(303)</u>	<u>(1.139)</u>
Quantidade de milhares de ações ao final do exercício	11.131	11.131
Prejuízo por ação no final do exercício (Nota 15.c)	(0,0272)	(0,1023)

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelo prejuízo por lote de mil ações)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Prejuízo do exercício	<u>(303)</u>	<u>(1.139)</u>
Resultado abrangente do exercício	(303)	(1.139)

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Comunicação
e Educação

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros Subvenção	Prejuízos acumulados	Total
Em 01 de Janeiro de 2024	68.223	-	150	-	(72.370)	(3.997)
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.380				6.380
Prejuízo do exercício					(1.139)	(1.139)
Destinações propostas no exercício:						
- Realização / (Constituição) de reservas			(150)	150		-
Em 31 de dezembro de 2024	68.223	6.380	-	150	(73.509)	1.244
Adiantamento para futuro aumento de capital		10				10
Prejuízo do exercício					(303)	(303)
Em 31 de dezembro de 2025	68.223	6.390	-	150	(73.812)	951

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2024
Lucro (prejuízo) do período	(303)	(1.139)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	818	856
Juros bancários	10	60
	525	(223)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	243	(995)
Impostos e contribuições a recuperar	(19)	92
Adiantamentos a fornecedores	23	(15)
Outras contas a receber	29	(38)
Despesas do exercício seguinte	5	60
	281	(896)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	12	(15)
Impostos e contribuições a recolher	(1.415)	(678)
Obrigações sociais e trabalhistas	57	(101)
Outras contas a pagar	(7)	(56)
Adiantamento de clientes	(425)	803
	(1.778)	(47)
Disponibilidades líquidas consumidas nas atividades operacionais	(972)	(1.166)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(415)	-
	(415)	-
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades de investimentos	(415)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(693)	(249)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(60)
Captação de empréstimo com partes relacionadas	3.900	3.198
	3.207	2.889
Disponibilidades líquidas geradas (consumidas) nas atividades de financiamentos	3.207	2.889
Aumento (redução) Caixa e equivalentes de caixa	1.820	1.723
Disponibilidade no início do exercício	2.613	890
Disponibilidade no final do exercício	4.433	2.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.
Demonstração do valor adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
1. Receitas		
1.1. Serviços prestados	8.029	5.977
1.2. Outras receitas operacionais	41	416
	<u>8.070</u>	<u>6.393</u>
2. Insumos adquiridos de terceiros		
2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	4.093	3.078
	<u>4.093</u>	<u>3.078</u>
3. Valor adicionado bruto (1-2)	<u>3.977</u>	<u>3.315</u>
4. Depreciação, amortização e exaustão	<u>818</u>	<u>856</u>
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	<u>3.159</u>	<u>2.459</u>
6. Valor adicionado recebido em transferência		
6.1. Receitas financeiras	322	41
	<u>322</u>	<u>41</u>
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)	<u>3.481</u>	<u>2.500</u>
8. Distribuição do valor adicionado		
8.1. Pessoal		
8.1.1. Remuneração direta	2.569	2.344
8.1.2. Benefícios	623	611
8.1.3. FGTS	66	71
8.2. Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1. Federais	63	53
8.2.2. Municipais	14	12
8.3. Remuneração de capital de terceiros		
8.3.1. Juros	418	375
8.3.2. Outras despesas financeiras	31	173
8.4. Remuneração de capitais próprios		
8.4.1. Lucro (prejuízo) do período	(303)	(1.139)
	<u>3.481</u>	<u>2.500</u>

1 Contexto operacional

A Dtcom - Direct to Company S.A. ("Dtcom" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital aberto, com sede em Quatro Barras, Paraná e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA) sob o código DTCY3, Nível Básico.

A Companhia realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico e acadêmico, a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO).

A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 951 (R\$ 1.244 em 31 de dezembro de 2024) e um prejuízo no exercício de R\$ 303 (R\$ 1.139 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, em 31 de dezembro de 2025 não mantém excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante R\$ 2.038 (R\$ 4.426 (excesso) em 31 de dezembro de 2024).

Em 2025 identificou-se um aumento de receita bruta, se comparado ao ano anterior, passando de R\$ 5.978, em 2024 para R\$ 8.029, em 2025, baseia-se em uma combinação de crescimento orgânico e fatores econômicos. No contexto de 2024/2025, os principais fatores apontados são o crescimento do volume de vendas e serviços, e mudanças regulatórias.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na premissa de continuidade operacional, que contempla a continuidade das operações, realização de ativos e de passivos e compromissos no curso normal dos negócios. A avaliação da Administração considera o plano de negócios da Companhia que inclui ações futuras planejadas, bem como premissas relevantes do setor da macroeconômico. As premissas foram atualizadas para considerar os principais cenários possíveis esperados pela Companhia com base em todas as informações relevantes disponíveis até a data de autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras.

As projeções vendas e de fluxo de caixa preparadas pela Administração e apresentadas ao Conselho de Administração para 2026, indicam uma posição de liquidez suficiente para atender aos compromissos de curto prazo e compromissos de investimentos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade e linhas de crédito disponíveis para contratá-los, também há possibilidade de contrair mútuos juntos aos seus acionistas, caso necessário.

Ademais, a Administração planejou ações que estará e vem sendo implementadas, objetivando a melhora do cenário econômico e financeiro da Companhia, dentre elas:

- Reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em aluguéis com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office;
- Visando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais;
- Segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo, como o controle e corte de gastos;
- Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados;

Cientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou em 25 de março de 2026, a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

3 Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Contábeis Adotados no Brasil e nos IFRS requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis, e, portanto, na determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações financeiras e seus efeitos referem-se a:

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("provisão para *impairment* do contas a receber") (Nota 5);

A Companhia efetua estimativa de perda das contas a receber considerando o histórico de perdas dos clientes e as perdas esperadas baseada nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança, consistentemente com a política contábil aplicada.

(a) Recuperabilidade e vida útil do acervo técnico classificado no ativo intangível (Nota 7).

A Companhia revisa anualmente a vida útil do acervo técnico relacionado ao desenvolvimento de cursos disponibilizado em plataforma e oferecido em forma de acesso aos seus clientes. A recuperabilidade está vinculada as premissas de geração de lucros futuros que levam em conta a estimativa de receita a ser gerada nos anos seguintes, deduzida da amortização anual.

No entendimento da Administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

3.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras, quando realizadas, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.4 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

i. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao custo amortizado.
- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

ii. Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem, principalmente:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

iii. Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR - Valor Justo por meio do Resultado

Quando existentes, esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iv. Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

v. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre os outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Para os ativos financeiros que não as contas a receber de clientes classificados como ao custo amortizado, a Companhia avalia em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas. A metodologia de "*impairment*" aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito e indicadores que possam revelar perdas.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

vi. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

vii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos em nenhum dos exercícios apresentados.

3.5 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou "impairment").

3.7 Impostos a recuperar e a recolher

O montante dos impostos correntes a pagar ou a recolher é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recolhidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Os impostos são mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço e juros são apropriados ao passivo quando o pagamento ocorre após o vencimento de cada imposto.

3.8 Ativos intangíveis

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares ou que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. A amortização é calculada e reconhecida em bases lineares, respeitando a vida útil estimada de utilização.

O acervo técnico é capitalizado com base nos custos incorridos para desenvolvê-lo, incluindo gastos com pessoal e serviços de terceiros. A amortização ocorre linearmente conforme a vida útil do acervo, que é estabelecida a partir do período de tempo que a Companhia espera obter benefícios econômicos futuros.

3.9 Imobilizado

No exercício corrente o imobilizado é compreendido por equipamentos de informática e é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

3.10 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela administração da Companhia e seus assessores jurídicos. As contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança.

O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

3.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.14 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas conforme Nota 15 e classificadas no patrimônio líquido, sendo divididas em ordinárias e preferenciais.

3.15 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro ou prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, considerando o número médio ponderado de ações no respectivo exercício. Não há instrumentos com o potencial de diluir o lucro básico por ação, nos exercícios apresentados.

3.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.17 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente, despesas operacionais o resultado financeiro e o imposto de renda e contribuição social.

3.18 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.19 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com diretos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar os serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços).

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.20 Novas normas contábeis

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo conselho Federal de Contabilidade.

A Companhia avalia as novas normas ou alterações e a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis O pronunciamento foi emitido com base no IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, publicado pelo IASB em abril de 2024, e substituirá o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

O novo pronunciamento introduz alterações principalmente relacionadas à apresentação e divulgação de informações nas demonstrações financeiras, incluindo novas exigências de subtotais na demonstração do resultado, maior detalhamento na agregação e desagregação de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.

O CPC 51 não altera os critérios de reconhecimento e mensuração dos elementos das demonstrações financeiras, mas poderá impactar a forma de apresentação e divulgação de determinados itens.

O pronunciamento entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, não estando prevista sua adoção antecipada pela Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Recursos em caixa e depósitos bancários	339	425
Aplicações financeiras equivalentes de caixa	4.094	2.188
	4.433	2.613

As aplicações financeiras têm liquidez diária, com remuneração média correspondendo à 100% da variação do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Contas a receber de clientes

As contas a receber têm um prazo médio de 20 (vinte) dias corridos, entre a data do faturamento e efetivo recebimento. A Companhia está empregando esforços para reduzir tal prazo para a meta de 15 (quinze) dias corridos, no intuito de ajustar melhor seu fluxo financeiro.

	31.12.2025	31.12.2024
Privados	1.787	2.030
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
	1.787	2.030
Circulante	1.156	2.030
Não circulante	631	-
	1.787	2.030

Como critério para constituição da PECLD, a Companhia efetuou uma análise de seus títulos vencidos de acordo com as perdas esperadas e não identificou a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A idade dos títulos a receber está demonstrada a seguir:

Vencimento do contas a receber bruto	31.12.2025	31.12.2024
A Vencer	1.766	2.030
Vencido com atraso de:		
01 a 30 dias	1	-
31 a 60 dias	-	-
61 a 90 dias	-	-
91 a 120 dias	-	-
120 a 180 dias	20	-
Mais de 180 dias	-	-
	1.787	2.030

6 Imobilizado

a) Composição

	Vida Útil	31.12.2025			31.12.2024		
		Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Depreciação	Saldo Contábil Líquido
Equipamentos de informática	5a. e 10a.	69	(66)	3	69	(66)	3
		69	(66)	3	69	(66)	3

b) Movimentação do Imobilizado

	31.12.2024	31.12.2025
Custo	Custo	Custo
Equipamentos de informática	69	69
	69	69
Depreciação	(66)	(66)
Total Imobilizado	3	3

Anualmente, ou quando houver indicação de uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis dos ativos imobilizados, para determinar se estes ativos sofreram perdas por impairment. Estes testes são realizados, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo imobilizado da Companhia.

7 Intangível

(a) Composição

	Taxa anual de amortização	31.12.2025			31.12.2024		
		Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido	Custo de aquisição	Amortização	Saldo Contábil Líquido
Software (i)	10a.	1.932	(1.932)	-	1.932	(1.847)	85
Acervo (ii)	5a. e 10a.	12.893	(12.470)	423	12.478	(11.852)	626
Gastos com desenvolvimento de projetos (iii)	10a.	4.298	(4.249)	49	4.298	(4.134)	164
		19.123	(18.651)	472	18.708	(17.833)	875

(i) Plataforma para proporcionar o ensino a distância.

(ii) O acervo ou acervo técnico é fruto de toda a produção de conteúdo feita pelo time DTCOM e é utilizado de uma forma sustentável para o desenvolvimento de novos conteúdos ou comercialização.

(iii) Se trata do sistema de gestão de aprendizagem utilizada para ministrar treinamentos.

Produção

Na etapa de produção sempre que o contrato permite e é possível convergir a ementa da disciplina com o conteúdo que já está produzida, o acervo é reaproveitado reduzindo-se os custos de desenvolvimento/produção.

Comercialização

A comercialização é segregada em corporativo e acadêmico. O acervo é disponibilizado em plataforma digital e os cursos são acessados pelos usuários.

(b) Movimentação do Intangível

	31.12.2024		31.12.2025
Custo	Custo	Adições	Custo
Software	1.932	-	1.932
Acervo Técnico	12.478	415	12.893
Gastos com desenvolvimento de projetos	4.298	-	4.298
	18.708	415	19.123
Amortização	(17.833)	(818)	(18.651)
Total Intangível	875	(403)	472

A Companhia analisou e revisou os itens componentes do seu ativo intangível, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente que tivessem indícios de não recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados indícios externos e/ou internos de não realização futura do ativo intangível da Companhia.

8 Impostos a recuperar (Ativo) e impostos e contribuições a recolher (Passivo)

A Companhia reconhece os valores de imposto de renda e contribuição a compensar fruto das retenções na fonte ocorridas durante os exercícios passados. Tais créditos são utilizados para compensar os custos com impostos federais a incorrer no exercício seguinte, tendo impacto direto no fluxo financeiro da Companhia.

Os impostos a recolher são compostos por contribuições municipais, federais e estaduais. A Companhia também apresenta em seu balanço parcelamentos tributários de ISS e INSS.

Ativo - a recuperar:	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social a restituir	251	232
	251	232
Passivo - a recolher:	31.12.2025	31.12.2024
Tributos federais	251	241
Tributos municipais	124	124
Parcelamento de tributos federais (i)	3.715	5.140

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>4.090</u>	<u>5.505</u>
Circulante	1.897	1.907
Não circulante	<u>2.193</u>	<u>3.598</u>
	<u>4.090</u>	<u>5.505</u>
Passivo - a recolher:	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Parcelamento Simplificado Fust/Funttel	-	7
Parcelamento Simplificado Federal	551	644
Parcelamento novo Federal LEI Nº 13.988/2020	1.355	1.901
Parcelamento novo INSS LEI Nº 13.988/2020	1.809	2.588
(i) Parcelamento de tributos federais	<u>3.715</u>	<u>5.140</u>

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar, decorrentes de tributos a recolher aos governos.

Os parcelamentos de tributos federais contemplam débitos de INSS, IRF, PCC, PIS e COFINS, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e os valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.

Em dezembro de 2022, a Companhia formalizou seu pedido de Acordo de Transação Individual, junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em conformidade com a Lei 13.988/2020 e portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022 pleiteando a renegociação dos valores e prazos dos Parcelamentos Simplificados de débitos federais e previdenciários.

Como parte deste novo pedido e em atendimento a legislação, a Companhia desistiu do parcelamento nº 02110001200336923102301 vigentes, com o objetivo de incluir o mesmo nesta transação tributária, e obter redução de multas e juros. Porém, o procedimento de envio dos débitos da Receita Federal para a PGFN também é feito de forma automática após 90 dias do vencimento, a Companhia pode refazer o parcelamento após o mesmo aparecer na base da PGFN, o que ainda não ocorreu.

Em março de 2023, foi concedido à Companhia a redução de multas e juros em seus parcelamentos federais (Pis/Cofins/CSLL e IRF) e Parcelamento INSS, bem como acordado novo prazo de pagamento, a ser pago em 60 parcelas mensais. A Companhia realizou o primeiro pagamento no dia 24 de março de 2023.

Em maio de 2024, foi concedido à Companhia a redução de multas e juros em seus parcelamentos federais (Pis/Cofins/CSLL e IRF) e Parcelamento INSS, bem como acordado novo prazo de pagamento, a ser pago em 60 parcelas mensais. A Companhia realizou o primeiro pagamento no dia 31 de maio de 2024.

Em 2024, a Companhia aderiu a novo parcelamentos de tributos federais na modalidade simplificado contemplam débitos de INSS, IRF, PCC, PIS e COFINS, cuja dívida global foi parcelada em 60 meses e os valores originais foram acrescidos multas e juros por atraso, conforme determina a legislação em vigor.

9 Empréstimos e financiamentos

Instituição	Taxa de juros	Vencimentos	31.12.2025		31.12.2024	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Acionistas</u>						
Diversos	-	30/09/2025	-	-	3.900	-
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.900</u>	<u>-</u>

Em dezembro de 2024, os acionistas assinaram um acordo com a Companhia com o objetivo de amortizar prejuízos acumulados no decorrer do 1º sem. de 2025. No decorrer do 2º sem. de 2025, os acionistas decidiram que o montante será integralizado ao capital social da Companhia no decorrer do 1º sem 2026.

Instituição	Taxa de juros	Vencimentos	31.12.2025		31.12.2024	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<u>Empréstimos</u>						
BRDE - DTCOM	TJLP + 0,4% a.m	15/04/2027	-	-	231	462
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>231</u>	<u>462</u>

Em dezembro de 2024, os acionistas assinaram um acordo com a Companhia que autoriza os Mútuos com Partes Relacionadas serem convertidos para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e deve ser convertido em ações e aumentar o Capital Social da Companhia.

Em outubro de 2023, a Companhia obteve empréstimo de R\$ 1.125 dos seus acionistas majoritários recebido em três parcelas de R\$ 375 nos meses de outubro, novembro de dezembro de 2023. O pagamento deste empréstimo está vinculado ao recebimento do precatório detalhado na nota explicativa nr. 5.

10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores nacionais são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e cujo vencimento é de até 12 meses. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo corresponde a R\$ 116 (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2024).

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de serviços - pessoas jurídicas e autônomos	114	102
Outras contas a pagar	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>116</u>	<u>104</u>

11 Obrigações sociais e trabalhistas

A rubrica de Obrigações Sociais e Trabalhistas a Pagar, tem como função registrar as obrigações referentes a salários, remunerações, benefícios, encargos sociais, férias e 13º salário a pagar. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo corresponde a R\$ 396 (R\$ 339 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2025	31.12.2024
Salários a Pagar	74	58
INSS a pagar	36	36
Férias e 13º salário	259	215
Outros	27	30
	396	339

12 Adiantamento de clientes

Uma parcela significativa das receitas registradas pela Companhia é proveniente de contratos com clientes, os quais preveem a entrega de determinados serviços ao longo de um período. Desta forma, a Companhia mensura suas receitas a partir da efetiva entrega dos serviços contratados pelos clientes. A parcela dos serviços faturados e ainda não entregues, é registrada como Adiantamento de Clientes. Estes valores são reconhecidos no resultado do exercício apenas quando há a efetiva entrega do serviço contratado. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo corresponde a R\$ 941 (R\$ 1.366, em 31 de dezembro de 2024).

13 Provisões

A rubrica de outras contas a pagar contempla, essencialmente, os registros das provisões de contas a pagar relativo a custos incorridos no curso do negócio e despesas realizadas. Contempla também as provisões de honorários de advogados relativos a demandas judiciais em andamento.

	31.12.2025	31.12.2024
Provisão de contas a pagar	497	504
	497	504

14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apresenta prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, tendo apenas sua compensação limitada a 30% da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social devidos em cada exercício.

Como a realização do crédito potencial remanescente depende de eventos futuros, não foram registrados os créditos tributários diferidos sobre os prejuízos fiscais em função da inexistência de histórico de rentabilidade, e na incerteza da disponibilidade de lucros tributáveis futuros. Este crédito tributário potencial não reconhecido, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é assim resumido:

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2025		Total	31.12.2024		Total
	Imposto de renda	Contribuição social		Imposto de renda	Contribuição social	
Base negativa de contribuição social		67.100			65.289	
Prejuízo fiscal de imposto de renda	67.100			65.421		
Base de cálculo	67.100	67.100		65.421	65.289	
Alíquota	25%	9%		25%	9%	
Crédito tributário potencial	16.775	6.039	22.814	16.355	5.876	22.231
Crédito tributário potencial não registrado	16.775	6.039	22.814	16.355	5.876	22.231

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 68.223, divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

(b) Reservas de lucros

O saldo de reserva de lucros foi constituído e é mantido para dar reforço ao capital. Sua destinação só ocorrerá por meio de incorporação ao capital social, absorção de prejuízos, resgate ou reembolso de ações.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 20 de fevereiro de 2024, foi aprovada por meio da 86ª ata de reunião do Conselho da Administração a conversão de saldos de mútuos que os acionistas mantinham com a Companhia em adiantamento para futuro aumento de capital e posterior conversão em ações.

Em 20 de dezembro de 2024, foi firmado entre as partes: Terra Nova Empreendimentos e Consultoria S.A., Ouro Verde Participações S.A, Augustus Administração S.A, e F. Mota Administração e Empreendimentos S.A., o "Instrumento de Contrato de Aporte para Futuro Aumento de Capital e Outras Avenças", considerando que é de interesse mútuo das Partes a realização de aportes, denominados adiantamentos para futuro aumento de capital, até 30 de abril de 2025 com o objetivo primário de abater prejuízos acumulados até

Em 20 de dezembro de 2025, as partes celebram o presente Primeiro Termo Aditivo, que tem como objeto a mudança de forma irrevogável e irretratável a finalidade dos adiantamentos para futuro aumento de capital para subscrição e integralização de novas ações. Devendo ser obrigatoriamente convertidos em capital social da Companhia. A Companhia compromete-se a convocar e realizar os atos societários necessários para a capitalização dos recursos e emissão das respectivas ações em favor dos Investidores, na proporção de seus aportes até o dia 30 de junho de 2026.

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Prejuízos acumulados / Lucro líquido (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais dos controladores e não controladores foi calculado através da divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro a seguir estabelece o cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro (prejuízo) do período	(303)	(1.139)
Quantidade de ações ao final do período (em milhares)	11.131	11.131
Lucro (prejuízo) por ação no final do período	<u>(0,0272)</u>	<u>(0,1023)</u>

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações ordinárias		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(291)	(1.093)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares)	<u>10.680</u>	<u>10.680</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	<u>(27,22)</u>	<u>(102,33)</u>
Lucro (prejuízo) atribuível a detentores de ações preferenciais		
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(12)	(46)
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares)	<u>450</u>	<u>450</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações em R\$	<u>(27,26)</u>	<u>(102,47)</u>

16 Receita operacional líquida

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Receitas</u>		
. Prestação de serviços	<u>8.029</u>	<u>5.978</u>
Total das Receitas Operacionais	<u>8.029</u>	<u>5.978</u>
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Impostos sobre vendas	<u>(77)</u>	<u>(65)</u>
Total das deduções	<u>(77)</u>	<u>(65)</u>
Total das Receitas Operacionais, Líquidas	<u>7.952</u>	<u>5.913</u>

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Custos dos serviços prestados

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	(1.291)	(1.642)
. Produção de conteúdo/gravação	(2.356)	(856)
. Depreciações e amortizações	(819)	(1.075)
. Serviços de terceiros	(869)	(598)
. Honorários da Administração	(229)	(222)
. Energia Elétrica	(22)	(22)
	<u>(5.586)</u>	<u>(4.415)</u>
Total dos custos dos serviços prestados	(5.586)	(4.415)

18 Despesas comerciais, administrativas e gerais

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Despesas administrativas e gerais e honorários da administração</u>		
. Pessoal	(899)	(928)
. Serviços de terceiros	(718)	(667)
. Honorários da Administração	(171)	(136)
. Impostos e taxas administrativas	(97)	(123)
	<u>(1.885)</u>	<u>(1.854)</u>
Total das despesas administrativas e gerais e honorários da administração	(1.885)	(1.854)
<u>Despesas com vendas</u>		
. Pessoal	(521)	(526)
. Honorários da Administração	(146)	(140)
. Serviços de terceiros	(31)	(26)
	<u>(698)</u>	<u>(692)</u>
Total das despesas comerciais	(698)	(692)
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
Ganho Encargos parcelamento PGFN	-	78
Baixa de dívidas tributárias prescritas	-	30
Ganho Precatório	-	477
Outras	41	(169)
	<u>41</u>	<u>416</u>
Total das outras receitas (despesas) operacionais	41	416

19 Resultado financeiro líquido

	31.12.2025	31.12.2024
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros pagos ou incorridos	(408)	(315)
Juros sobre empréstimos	(10)	(60)
Multas	-	(153)
Outros	(31)	(20)
	<u>(449)</u>	<u>(548)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Descontos obtidos e rendimento de aplicações	<u>322</u>	<u>41</u>
	<u>322</u>	<u>41</u>
Resultado financeiro	<u>(127)</u>	<u>(507)</u>

20 Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro 2024, com base na avaliação dos consultores jurídicos e da administração, não havia processos judiciais em curso contra a Companhia cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, o que exigiria o reconhecimento da provisão em balanço, bem como não há processos avaliados como de probabilidade de perda possível para fins de divulgação.

21 Remuneração da administração e dos empregados

A remuneração da Administração é fixada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária - AGO, de acordo com a legislação societária brasileira e o estatuto social da Companhia. Desta forma, foi proposto na AGO realizada em 30 de abril de 2025 o montante global da remuneração anual da Administração, fixada em até R\$ 1.200, para o exercício de 2025 (R\$ 1.200, em 2024).

A remuneração dos diretores estatutários em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 317 (R\$ 498, em 31 de dezembro de 2024).

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma remuneração fixa, que reflete a responsabilidade do cargo ocupado e uma remuneração variável, atrelada às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Políticas de remunerações dos empregados e administradores da Companhia:

(a) Política salarial e remuneração variável

A política salarial da DTCOM utiliza como parâmetro o valor referência de mercado, como também o desempenho econômico-financeiro. A evolução dos salários será prevista no orçamento, da mesma forma que todas as despesas, receitas e investimentos planejados pela Companhia. Como todos os itens do orçamento, a evolução dos salários será acompanhada regularmente pelos sistemas de informações gerenciais além do reajuste anual previsto em Convenção Coletiva do Sindicato da categoria.

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A remuneração variável é utilizada somente para a área comercial, sendo pago salário fixo mais comissões.

(b) Política de Benefícios

O fornecimento de benefícios é apontado como um dos fatores que atrai e retém talentos nas organizações. Compõe-se de ações voltadas para satisfazer as necessidades dos colaboradores e envolvem aspectos sociais, culturais, de autoestima e auto realização.

Atualmente a Companhia concede sem descontos em folha para todos os seus colaboradores independentemente de cargo ou tempo de serviço os benefícios: Assistência médica, Assistência Odontológica, Seguro de Vida, Auxílio Creche. Quanto ao Vale Refeição é descontado apenas um valor simbólico e Vale Transporte ou Combustível 6% conforme previsão legal.

22 Segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os segmentos operacionais definidos. A Administração definiu como segmentos operacionais: Fábrica Acadêmico, Fábrica Corporativo, acervo/sistemas.

31.12.2025				
Operações continuadas				
	Fábrica Acadêmico	Fábrica Corporativo	Acervo/Sistemas	Total
Receita Bruta	6.854	423	752	8.029
(-) Impostos	-	(4)	(73)	(77)
(-) Custos Variáveis	(2.542)	(103)	-	(2.645)
(=) Margem de Contribuição	4.312	316	679	5.307
%	63%	75%	90%	66%

(-) Custos fixos e despesas:	
Marketing	(662)
Produção	(2.329)
Administrativo	(1.714)
Depreciação	(819)
Outras receitas (despesas) operacionais	41
(=) Resultado Operacional	(176)

31.12.2024				
Operações continuadas				
	Fábrica Acadêmico	Fábrica Corporativo	Acervo/Sistemas	Total
Receita Bruta	4.332	531	1.113	5.978
(-) Impostos	-	(6)	(57)	(63)
(-) Custos Variáveis	(1.841)	(76)	-	(1.917)
(=) Margem de Contribuição	2.491	449	1.056	3.996
%	58%	84%	95%	67%

(-) Custos fixos e despesas:	
Marketing	(692)
Produção	(1.642)
Administrativo	(1.854)
Depreciação	(856)
Outras receitas (despesas) operacionais	416
(=) Resultado Operacional	(632)

23 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

(a) Composição dos saldos

Os valores constantes as contas patrimoniais, com instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada em 31 de dezembro de 2025 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil.

Instrumentos financeiros não derivados	31.12.2025		31.12.2024	
	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado
ATIVO (1)				
Caixa e equivalente de caixa (Nota 5)		4.433		2.613
Contas a receber de clientes (Nota 5)		1.787		2.030
PASSIVO (2)				
Fornecedores (Nota 11)		(116)		(104)
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)		-		(693)

- (1) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Ativo Financeiro Contas a receber ao final do exercício está demonstrada na nota 5.
- (2) A composição dos valores para análise dos vencimentos do Passivo Financeiro Empréstimos e financiamentos ao final do exercício está demonstrada na nota 9.

(b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos e as aplicações financeiras têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Contas a receber

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber, aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Fornecedores

As transações com fornecedores são registradas inicialmente pelos seus valores nominais acrescidas, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado, estando o valor contábil próximo do valor de mercado em decorrência do vencimento a curto prazo e/ou do ajuste ao valor justo.

Empréstimos e financiamentos

Os valores justos para os empréstimos e financiamentos idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. São mensurados no momento inicial pelo seu valor justo e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Derivativos

A Companhia não realizou operações com derivativos.

Limitações

Os valores justos foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

Hierarquia do valor justo

Considerando a inexistência de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, não é aplicável a divulgação do nível de hierarquia.

(c) Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros, às atividades e à regulamentação do setor em que atuam, bem como às licenças necessárias para o desenvolvimento das atividades. A Companhia não opera instrumentos em moeda estrangeira, portanto, não considera esse risco como relevante para suas operações.

i. Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia ou outro ativo financeiro deixe de estar disponível, como os recursos aplicados em instituições financeiras. O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A Companhia opera com instituições financeiras sólidas e que gozam de boa reputação no mercado.

ii. Risco de Liquidez

A gestão de liquidez é feita pela Diretoria, considerando a necessidade de caixa e de liquidez no curto, médio e longo prazo.

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a administração da Companhia analisou e concluiu que tem instrumentos de ação para assegurar a liquidez e obter recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a Companhia tem capacidade para contratá-los ou recorrer a recursos dos acionistas, os quais, tem compromisso de manter a continuidade dos negócios.

Instrumentos financeiros não derivativos	31.12.2025			31.12.2024		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	4.433	-	4.433	2.613	-	2.613
Contas a receber de clientes	1.787	-	1.787	2.030	-	2.030
	<u>6.220</u>	<u>-</u>	<u>6.220</u>	<u>4.643</u>	<u>-</u>	<u>4.643</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	231	462	693
Fornecedores	116	-	116	104	-	104
	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>116</u>	<u>335</u>	<u>462</u>	<u>797</u>

iii. Risco de Taxas de Juros

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira, o nível de inflação e outros indicadores econômicos. O endividamento e as aplicações financeiras da Companhia estão sujeitos à flutuação das taxas de juros. No caso de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao endividamento da Companhia também crescerão. Para reduzir a exposição, monitoramos constantemente às condições e oscilações econômicas gerais das taxas de juros e o vencimento de títulos de mercado em condições normais e adversas.

iv. Análise de sensibilidade

A Companhia possui ativos e passivos atrelado a taxa de juros em 31 de dezembro de 2025 e desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da variação nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, expostos a tais riscos. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava expostas na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos 5 cenários diferentes. As taxas estão demonstradas conforme o percentual do cenário considerado pela administração.

OPERAÇÃO	TAXA MÉDIA DE JUROS	RISCO	ATIVO POSIÇÃO EM 31.12.2025	CENÁRIO PROVÁVEL	RISCO DE REDUÇÃO		RISCO DE AUMENTO		
					CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO	CENÁRIO 1 POSSÍVEL	CENÁRIO 2 REMOTO	
CDI					13,16%	0,00%	0,00%	16,28%	6,00%
<u>Aplicação Financeira</u>	100% CDI	Liquidez Diária	4.094	539			667	246	

v. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31.12.2025	31.12.2024
Total de Empréstimos (nota 10)	-	693
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<u>(4.433)</u>	<u>(2.613)</u>
Dívida Líquida	<u>(4.433)</u>	<u>(1.920)</u>
Total do Patrimônio Líquido	951	1.244
Total do Capital	<u>(3.482)</u>	<u>(676)</u>
Índice de alavancagem financeira	127%	284%

24 Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Demonstrações Financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os montantes das coberturas contratadas, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, correspondem a:

Descrição	Tipo de seguro	31.12.2025	31.12.2024
Estações transmissoras e receptoras	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubos e equipamentos eletrônicos	2.405	2.405
Veículos	Danos materiais e corporais a terceiros		

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a DTCOM Direct to Company S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que inclui, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), as instruções e demais orientações emitidas e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), as quais, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e que estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Base de mensuração, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, que, no caso de ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

1. Mensagem da Administração

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente econômico complexo, tanto no cenário internacional quanto no doméstico, exigindo elevada capacidade de adaptação dos agentes econômicos. No contexto global, persistiram tensões comerciais decorrentes do aumento das tarifas norte-americanas, ampliando a incerteza e pressionando cadeias produtivas em diversos setores. No Brasil, o panorama não foi distinto, com o elevado endividamento das famílias e um ambiente de cautela, fatos que limitaram o poder de consumo e pressionaram as condições econômicas internas.

No Brasil, a atividade econômica avançou em ritmo moderado, em um cenário de condições financeiras mais restritivas. A taxa Selic permaneceu em patamar elevado ao longo do ano, limitando a expansão do crédito e reduzindo o dinamismo da demanda interna.

Ao longo da nossa história, fomos testados em cenários adversos e, embora não tenhamos a capacidade de prever as crises, temos sim a de enfrentar os desafios com base no talento e na determinação das equipes, na solidez financeira e no comprometimento dos nossos acionistas. Essas características, somadas à gestão prudente e ao mesmo tempo corajosa, são fundamentais para estarmos entre as maiores empresas de desenvolvimento e produção de conteúdo digital.

Continuamos avançando com sucesso na evolução do portfólio e na busca de novas oportunidades de crescimento e de criação de valor.

Acreditamos em nossa capacidade de superação frente aos desafios que o cenário macroeconômico nos apresenta, agradecemos aos acionistas, por sua continuada confiança em nossa capacidade de criar valor a longo prazo; nossos colaboradores, por sua dedicação e comprometimento com os resultados; nossos fornecedores, por sua parceria; e nossos clientes, que preferem nossas marcas e nos desafiam constantemente na busca da superação em qualidade, inovação e criatividade.

Embora 2025 tenha sido um ano de desafios, encerramos o período com uma posição financeira sólida, um rigoroso controle de despesas.

O ano de 2025 demonstrou sinais de resiliência da economia brasileira, mesmo em um ambiente de política monetária ainda restritiva e um cenário internacional marcado por incertezas. Mesmo com redução de tração em alguns setores após o primeiro semestre, os dados recentes indicam que a combinação entre mercado de trabalho dinâmico, melhora progressiva nas condições de crédito e estabilidade na atividade econômica equilibraram a demanda interna durante o ano de 2025.

A taxa SELIC, que encerrou 2024 em 12,25% a.a., manteve trajetória de alta durante 2025, demonstrando a cautela das autoridades monetárias, e encerrando o ano a 15,00% a.a.. Esse patamar foi considerado necessário para garantir um melhor controle da inflação, ainda acima da meta e com impacto constante do ambiente fiscal interno e fatores externos. Tal postura do Copom converge com o ambiente global, em que a alta volatilidade financeira e as revisões moderadas de crescimento exigem cautela por parte das economias emergentes.

Cada obstáculo superado tem sido uma oportunidade para aprendizado e crescimento, o que faz desta a melhor ocasião para reconhecermos o grandioso esforço do efetivo da Empresa e para cumprimentar a todos pelo significativo sucesso alcançado.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança e reafirmamos nosso compromisso com a inovação e o fortalecimento contínuo das nossas relações. Seguimos em direção a um futuro competitivo e com foco em resultados positivos, e no impacto benéfico para a sociedade.

2. Quem Somos



Imagina uma educação onde tecnologia, criatividade e propósito se unem para transformar cada experiência de aprendizagem. Esse é o universo DTCOM.

O maior desafio da **educação** não é a **tecnologia**.
É transformá-la em **resultados**.

Empresas, escolas e governos buscam hoje soluções que:

- Reduzam custos sem perder qualidade.
- Engajem alunos e colaboradores.
- Transformem conhecimento em performance.

Atuando com tecnologias educacionais, possuímos uma divisão especializada em plataformas e conteúdos educacionais. Contamos com equipes multidisciplinares e com foco educacional, que buscam potencializar a capacidade dos seus clientes, sempre com entregas de qualidade.

Há mais de 25 anos **inovando** e entregando **excelência em educação**

A DTCOM é referência em **produção de conteúdo digital e soluções educacionais inovadoras**.

- Líder nacional em conteúdo e soluções digitais educacionais.
- Presença sólida no mercado brasileiro com capital aberto na Bovespa.
- Reconhecimento nacional por soluções de alta performance

Estamos presentes em toda a vida do indivíduo, desde a formação básica até a superior, seja com soluções completas em grandes grupos educacionais ou com tecnologia de base para empresas que buscam formar os seus colaboradores com foco em competências. É por isso que a DTCOM atua de maneira ampla, trazendo produtos e serviços com foco na experiência do indivíduo.

DTCOM MAIS INTELIGENTE

Educação sem fronteiras, impacto sem limites.

- EDUCAÇÃO BÁSICA**
inclusão digital em redes públicas e privadas.
- ENSINO SUPERIOR**
currículos híbridos e digitais de excelência.
- GESTÃO PÚBLICA**
capacitação escalável e acessível para servidores.
- EDUCAÇÃO CORPORATIVA**
desenvolvimento de colaboradores em todos os níveis.

Resultados que vão além do discurso

- Implementação até **40% mais rápida que o mercado**
- Aumento comprovado de **performance educacional**
- Satisfação e retenção elevadas entre alunos e colaboradores
- Redução média de até **30% nos custos operacionais**
- Economia de escala em todos os projetos
- Mais de **15 milhões de pessoas capacitadas e satisfeitas.**

Tecnologia aplicada com inteligência, inclusão e resultados.

- Metodologia própria, construída a partir de metodologias ativas e aprimorada ao longo de mais de **25 anos de atuação no setor educacional.**
- Time multidisciplinar altamente capacitado, especializado em **transformar desafios em resultados.**
- Processos inteligentes com **WayCo**: gestão digital, automação e total transparência para o cliente, construída a partir de metodologias ativas.
- Capacidade comprovada de produção em grande escala: 132 mil aulas, 900 vídeos, 600 disciplinas só em 2024.
- Integração ágil com **plataformas e ecossistemas diversos via LTI** e soluções personalizadas.



Desde 2000 na Bovespa, a DTCOM desenvolve processos com transparência e solidez e conta com um time de renome no conselho de acionistas, que depositam sua confiança em nossos resultados.

A DTCOM realiza desenvolvimento e produção de conteúdo digital através dos seus canais, atendendo clientes corporativos e instituições acadêmicas. Além de desenvolver conteúdo técnico, acadêmico entre outros, customizado (Inteligência Educacional e WAYCO), a DTCOM oferece por meio de suas plataformas tecnológicas acervos de cursos e treinamentos para o desenvolvimento de pessoas, bem como de gestão de aprendizagem, colaboração e gestão do conhecimento (DTcom2GO).

Somos movidos pela aprendizagem digital. Afinal, estamos em constante movimento para enfrentar os desafios do dia a dia e propor soluções educacionais que mobilizam a sociedade ao nosso redor. É por isso que a DTCOM entrega o que há de melhor para você fazer a diferença desde a sua formação até o contínuo desenvolvimento de competências para o seu sucesso profissional.

3. Estrutura Societária

O capital social, subscrito e integralizado é de 68.223.102,16 (sessenta e oito milhões, duzentos e vinte e três mil, cento e dois reais e dezesseis centavos), divididos em 10.680.476 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil e quatrocentos e setenta e seis) ações ordinárias e 450.655 (quatrocentos e cinquenta mil e seiscentos e cinquenta e cinco) ações preferencias, todas sem valor nominal.

Todas as ações da Companhia são escriturais, permanecendo em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados nos termos dos Artigos 34 e 35 da Lei 6404/76.

As ações preferenciais possuem preferência na prioridade no reembolso do capital, sem prêmio no caso de Liquidação da Companhia, e, no direito a percepção de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

4. Performance no mercado de ações

A Companhia negocia suas ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), com o código DTCY3.

5. Conselho de Administração - CA

É um órgão de deliberação colegiado, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas e composto por composto de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) membros, acionistas, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo na forma do Estatuto Social da DTCOM. O mandato é de 03 (três) ano, permitida a reeleição. As reuniões extraordinariamente ocorrem sempre que necessário. A Companhia conta com a participação de grupos empresariais e de investidores como a, MAG Seguros e Previdência, Ouro Verde Investimentos e Participações S.A., Augustus Administração, F. Mota Administração e o Grupo Petrelli.

6. Diretoria

É um órgão de deliberação colegiado que tem como atribuição a gestão dos negócios da DTCOM, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por até 07 (sete) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

A Companhia somente poderá assumir obrigações mediante a assinatura conjunta de dois Diretores, sendo um deles o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, de um Diretor conjuntamente com um procurador, ou de dois procuradores com poderes especiais.

O Conselho de Administração poderá autorizar um só Diretor a representar a Companhia, para a prática de determinados atos ou negócios, devendo a ata de reunião mencionar expressamente os atos e operações e ser arquivada no Registro do Comércio.

Os mandatários da Companhia serão sempre constituídos por procuração assinada pelo Diretor Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores, na qual serão especificados os poderes outorgados e o prazo do mandato que, com exceção dos mandatos "ad judicium", não poderá ser superior a 1 (um) ano.

7. Desempenho econômico-financeiro

A análise de desempenho da Companhia remete ao aprofundamento dos balizares do negócio, como meio de identificar as ameaças, oportunidades e definir diretrizes que busquem a perenidade do projeto.

Em 2025 identificou-se um aumento de receita bruta, se comparado ao ano anterior, passando de R\$ 5.978 em 2024 para R\$ 8.029 em 2025, baseia-se em uma combinação de crescimento orgânico e fatores econômicos. No contexto de 2024/2025, os principais fatores apontados são o crescimento do volume de vendas e serviços, e mudanças regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um patrimônio líquido de R\$ 951 (R\$ 1.244 em 31 de dezembro de 2024) e um prejuízo no exercício de R\$ 303 (R\$ 1.139 em 31 de dezembro de 2024). Além disso, em 31 de dezembro de 2025 não mantém excesso de passivo circulante em relação a seu ativo circulante R\$ 2.038 (R\$ 4.426 em 31 de dezembro de 2024).

Cientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos e a retomada gradual e orgânica das operações.

O desempenho financeiro reflete um cenário já previsto pela Administração, visto o cenário econômico brasileiro, marcado por instabilidades e incertezas, os indicadores macroeconômicos demonstraram queda significativa no volume de investimentos e retração da economia.

Notas explicativas das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Receitas</u>		
. Prestação de serviços	8.029	5.978
Total das Receitas Operacionais	<u>8.029</u>	<u>5.978</u>
<u>Dedução das Receitas Operacionais</u>		
. Impostos sobre vendas	(77)	(65)
Total das deduções	<u>(77)</u>	<u>(65)</u>
Total das Receitas Operacionais, líquidas	<u>7.952</u>	<u>5.913</u>

A receita bruta alcançou R\$ 8.029 no exercício de 2025, com crescimento de 34% frente a 2024

8. Custos dos serviços prestados

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Custos dos serviços prestados</u>		
. Pessoal	(1.291)	(1.642)
. Produção de conteúdo/gravação	(2.356)	(856)
. Depreciações e amortizações	(819)	(1.075)
. Serviços de terceiros	(869)	(598)
. Honorários da Administração	(229)	(222)
. Energia Elétrica	(22)	(22)
Total dos custos dos serviços prestados	<u>(5.586)</u>	<u>(4.415)</u>

Itens como produção de conteúdo/gravação são reflexos diretos do planejamento estratégico. Alinhado ao posicionamento comercial, a Companhia se posicionou fortemente no mercado oferecendo rol completo de serviços de desenvolvimento profissional, desde prestação de consultoria com diagnóstico das necessidades de desenvolvimento de seus clientes, até a produção de conteúdo em vários níveis de competência profissional. Neste caso, a empresa não se limitou a fornecer conteúdo pré-determinado por meio de seu acervo de cursos, ela investiu substancialmente em sua fábrica de conteúdo para produção de conteúdos customizados.

Na DTCOM, acreditamos que a excelência do conteúdo começa com a autoria. É por isso que nos dedicamos a contratar especialistas altamente capacitados para elaborar conteúdos que atendam às necessidades e expectativas de nossos clientes. Nossos especialistas são apoiados em todas as etapas do processo de criação, o que garante que o conteúdo final esteja em conformidade com as diretrizes e especificações do projeto. Dessa forma, podemos assegurar que nossos clientes recebam conteúdo de qualidade superior e que atenda às suas expectativas.

9. Gestão de Capital

	31.12.2025	31.12.2024
Total de Empréstimos (nota 10)	-	693
Menos: Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	<u>(4.433)</u>	<u>(2.613)</u>
Dívida Líquida	<u>(4.433)</u>	<u>(1.920)</u>
Total do Patrimônio Líquido	951	1.244
Total do Capital	<u>(3.482)</u>	<u>(676)</u>
Índice de alavancagem financeira	127%	284%

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos incluindo de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Ademais, a Administração planejou ações que estará e vem sendo implementadas, objetivando a melhora do cenário econômico e financeiro da Companhia, dentre elas:

- Reduziu significativamente os custos fixos, readequou suas operações deixando de incorrer em aluguéis com a devolução de escritórios locados e a utilização intensiva do home-office;
- Visando a adequação de seu fluxo de caixa às obrigações tributárias, também acompanha as decisões dos órgãos governamentais a fim de incluir seus débitos de natureza tributária e não tributária, em programas de parcelamentos e/ou benefícios fiscais (redução de multas e juros, utilização de créditos tributários e prejuízos fiscais) e assim regularizar débitos tributários federais, estaduais e/ou municipais;
- Segue fazendo a gestão do seu caixa diariamente com definições de ações para buscar a melhor solução financeira a fim de preservá-lo, como o controle e corte de gastos;
- Não captou novos empréstimos, mas tem linhas de crédito disponíveis, que, em uma necessidade imediata podem ser obtidas com aval dos acionistas ou supridas por eles no curto prazo, como já realizado em anos anteriores;
- Em dezembro de 2024, os acionistas assinaram um acordo com a Companhia com o objetivo de amortizar prejuízos acumulados no decorrer do 1º sem. de 2025.
- Os prazos de pagamentos aos seus fornecedores estão normalizados;

Cientes dos desafios presentes e futuros, a Administração da Companhia permanece segura quanto à execução do seu plano estratégico e segue trabalhando diariamente para garantir a continuidade operacional, que tem como objetivo final nada além da preservação do caixa da Companhia pelos próximos anos.

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa e a sua posição de liquidez, a Administração acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

A Companhia acredita que possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

A Companhia monitora periodicamente a necessidade de reavaliação das premissas de classificação de risco dos clientes que baseiam o cálculo da estimativa de perdas por créditos de liquidação duvidosa, bem como a existência dos indicadores de impairment sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

Até a emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou a necessidade de alteração relevante na classificação de risco de seus clientes que gerasse incremento material no montante estimado de perda por créditos de liquidação duvidosa registrado em 31 de dezembro de 2025 ou outros efeitos adversos a serem contabilizados nestas demonstrações financeiras.

Os diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a continuidade das suas operações, oferecendo retorno aos acionistas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, obtendo o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio e capital de terceiros.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital é compatível com as operações da Companhia. As necessidades de financiamento são supridas por meio da geração de caixa advinda das operações da Companhia e pelo acesso a linhas de crédito junto a bancos de fomento e outras instituições financeiras e por captação junto aos seus acionistas.

10. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Para maiores esclarecimentos, acionistas e investidores podem entrar em contato pelo telefone (41) 9 9871-0221, enviando um e-mail para ri@dtcom.com.br ou Cristiane.fialla@dtcom.com.br ou através do Fale com RI do site de Relações com Investidor

11. Recursos Humanos

Temos a convicção que a execução de nossa estratégia depende de profissionais que tenham uma direção clara, alinhamento com os planos e comprometimento e identificação com os valores da organização.

A política de recursos humanos adotada pela Companhia visa a valorização do indivíduo e retenção de talentos. A Companhia adota uma política salarial e de benefícios compatíveis com o mercado e investe intensamente na capacitação e motivação dos seus colaboradores.

A Companhia está constantemente preocupada com o ambiente de trabalho, incentivando a discussão de ideias e possibilitando a participação de todos nos processos decisórios.

12. Relacionamento com Auditores Independentes

Com o objetivo de atender à Resolução CVM nº 162 de 13 de julho de 2022, a DTCOM informa que a MULLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2025. A política da Companhia na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria

externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

13. Declarações da Diretoria

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Dtcom Direct to Company S.A., em conformidade com a Resolução CVM n° 80, de 29 de março de 2022, Subseção III – Demonstrações Financeiras, inciso V do artigo 27, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos auditores independentes, e;

Declaramos, na qualidade de Diretores Estatutários da Dtcom Direct to Company S.A., em conformidade com a Resolução CVM n° 80, de 29 de março de 2022, Subseção III – Demonstrações Financeiras, inciso VI do artigo 27, que revisamos, discutimos e concordamos com as informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025.

Quatro Barras, 30 de março de 2026.

A Diretoria,

DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da Dtcom Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, nos termos do inciso artigo 27, §1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais referente ao exercício 2025.

Quatro Barras, 30 de março de 2026.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais Diretores Estatutários da Dtcom Direct to Company S/A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Dom Pedro II, nº 1720, Quatro Barras - PR, inscrita no CNPJ sob nº 03.303.999/0001-36, declaram, nos termos do inciso artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes, relativas às demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício 2025, contidas nesse relatório.

Quatro Barras, 30 de março de 2026.